



• Tempo estável, sem chuvas, em todo o Paraná. O ar seco continua predominando em todas as regiões, com temperaturas elevadas para a época do ano à tarde.

Min: 13°C em Curitiba
Máx: 29°C em Londrina

Fonte: Simepar
Fechamento desta edição: 11:00 horas
Faça sua assinatura pelo fone (43) 3232-2568: R\$ 40,00 para entrega em Sertãozinho e R\$ 60,00 nos demais municípios, pelos Correios (Edição Comercial - Consultar valores para o Diário Oficial).

Diário da CIDADADE

Fundado em 20 de fevereiro de 2000 • Diretor e Jornalista Responsável Getúlio V Soares • Registro Profissional MTB 10776/PR
Quarta-Feira, 22 de Julho de 2020 • ANO XIX • Edição N.º 2182 • R\$ 2,00

SOJA - SACA 60 kg	
Dia	Preço
22/07/20.....	R\$ 98,00

MILHO - SACA 60 kg	
Dia	Preço
22/07/20.....	R\$ 42,00

TRIGO - SACA 60 kg	
Dia	Preço
22/07/20.....	R\$ 58,00

Fonte: Deral/Seab

Controle rigoroso de processos evita gasto de R\$ 29 milhões



A Controladoria-Geral do Estado (CGE) identificou problemas formais em processos de compras emergenciais para o enfrentamento da Covid-19 que evitou um gasto extra de R\$ 29 milhões. O acompanhamento feito pelo órgão avalia a conformidade

das aquisições de acordo com a legislação vigente, e alerta para possíveis problemas.

Segundo o controlador-geral do Estado, Raul Siqueira, o procedimento garante segurança jurídica para os gestores. Ele ressaltou que o devido diligência (diligência de-

vida) como uma das ferramentas que possibilitou evitar possível prejuízo aos cofres públicos. Esse tipo de auditoria acompanha todo o processo para evitar que falhas desde o seu início.

O trabalho realizado pela controladoria do Estado segue os pre-

ceitos do Programa de Integridade e Compliance do Paraná, instituído por lei no ano passado, e é executado pela equipe de auditoria da Coordenadoria de Controle Interno da CGE.

CONTRATOS

Os esforços se concentraram na verificação de conformidade dos processos administrativos de aquisição e contratação emergencial, de acordo com a legislação que atende o enfrentamento da Covid-19. "Os servidores da coordenadoria analisaram mais de R\$ 266 milhões em contratações diretas de secretarias, órgãos e entidades estaduais", informou Siqueira.

O trabalho, ainda em execução, permitiu a revogação e cancelamento de pelo menos R\$ 29,1 milhões em licitações, com a identificação de fragilidades administrativas

que poderiam ser questionadas. "Foram expedidas mais de 528 orientações e recomendações de mitigação de riscos, que poderiam, eventualmente, gerar problemas e gastos extras para o Estado do Paraná, em curto e longo prazos", completou o controlador-geral do Estado.

EVIDÊNCIAS

Em uma das licitações suspensas, no valor de R\$ 26,4 milhões, havia indícios de não conformidade com a Resolução - RDC 356, de 23 de março de 2020, do Ministério da Saúde para fabricação, importação e aquisição de dispositivos médicos.

"Obtivemos evidências suficientes para fundamentar as conclusões e recomendações apresentadas. A Auditoria tem feito o acompanhamento sucessivo e sistemático nos processos

com dispensa de licitação por causa da pandemia e nosso objetivo é identificar eventuais falhas que possam comprometer a segurança jurídica de compras e contratações", disse a coordenadora de Auditoria, Sharlene Sena.

COESÃO

Raul Siqueira acrescentou que o papel da CGE foi fundamental para articular o trabalho coeso que o Governo do Estado pretendia para a situação causada pelo novo coronavírus.

Logo no início da pandemia, o órgão reuniu grupo de trabalho com Ministério Público, Tribunal de Contas, Assembleia Legislativa e Tribunal de Justiça do Paraná, para auxiliar o Poder Executivo no enfrentamento à doença, nos processos de aquisições de produtos e contratação de serviços.

Siqueira afirma

que o Estado tem feito a sua parte, aplicando seus recursos financeiros com controle orçamentário e total transparência pública. "O Paraná foi apontado, em levantamento da imprensa, como o Estado da Federação que conseguiu comprar respiradores para leitos de UTI pelo valor mais baixo do mercado", destacou o controlador-geral.

CONTROLE EXTERNO

Outro indicador relevante é o produzido pelo controle externo exercido pelas entidades da sociedade civil Open Knowledge e Transparência Internacional, com relação à transparência das ações e gastos feitos pela administração pública por causa da pandemia. Em suas classificações, o Paraná está entre os primeiros colocados com o maior conceito.

Fonte: <http://www.aen.pr.gov.br>

Governo propõe parcelar o IPVA e isenção de pátios veiculares

O governador Carlos Massa Ratinho Junior enviou para a Assembleia Legislativa na terça-feira (21) dois projetos de lei que alteram a legislação vigente sobre veículos automotores. Ambos estão no âmbito do enfrentamento ao novo coronavírus. O primeiro texto permite o parcelamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) ainda devido em 2020. A segunda proposta isenta o pagamento das diárias dos veículos apreendidos que ficam nos pátios do Detran e

da Polícia Militar. O projeto tributário vale para veículos adquiridos até 31 de dezembro do ano passado. O IPVA poderá ser parcelado em até seis vezes, com taxas mínimas de R\$ 106,60 (uma Unidade Padrão Fiscal do Paraná). Os pedidos deverão ser feitos até o dia 17 de agosto no site da Secretaria de Estado da Fazenda pelos proprietários dos veículos e, assim que o primeiro pagamento for realizado, o Detran poderá emitir o licenciamento.

Essa medida, se

aprovada, será inédita no Estado. O parcelamento da dívida era permitido apenas para o exercício seguinte. "É um projeto de lei que dá oportunidade aos paranaenses de regularizarem a situação de seu veículo neste momento de pandemia, e, ao mesmo tempo, gera mais receita ao Governo em um momento de dificuldade de arrecadação", afirmou Ratinho Junior.

Segundo a Secretaria da Fazenda, até junho de 2020 a inadimplência de IPVA era de cerca de 23,7%, dentro

da média dos últimos primeiros semestres. Em 2019, por exemplo, foi de 20%. Em valores absolutos cerca de R\$ 890 milhões poderão ser parcelados pelos contribuintes, sem contar os juros e encargos incidentes nos parcelamentos.

Pelo texto, o inadimplimento de três parcelas, consecutivas ou não, ou de valor equivalente a três parcelas, e a falta de pagamento de quaisquer das duas últimas parcelas ou do saldo residual, por prazo superior a 60 dias, acarretarão na suspensão do parcelamento.

PÁTIOS

O outro projeto de lei isenta o pagamento das diárias dos veículos apreendidos que ficam nos pátios do Detran e da Polícia Militar enquanto o atendimento do órgão estiver restrito em função da pandemia provocada pelo novo coronavírus. A medida vale a partir da publicação da lei e o benefício cessará quando todas as atividades puderem ser desempenhadas normalmente.

Pelo texto, apenas a primeira diária deverá ser paga porque diz respeito ao trabalho de recolhimento do veículo ao pátio, ou seja, a isenção valerá apenas a partir da segunda diária. O projeto de lei também indica que quem tiver quitado diárias entre 19 de março e a data da publicação da lei poderá solicitar o reembolso junto ao Detran.

"A suspensão dos serviços de competência do Detran não pode gerar maiores prejuízos para a coletividade. Não seria razoável. Esse é o motivo do cancelamento das taxas enquanto o cenário ainda for incerto e do reembolso para aqueles que eventualmente conseguiram pagar durante esse período de enfrentamento do coronavírus", disse o diretor-geral do Detran, Wagner Mesquita.

Os projetos de lei serão votados hoje quarta-feira (22).

Fonte: <http://www.aen.pr.gov.br>



Colégio Construindo o Saber
EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

O CONHECIMENTO EM PRIMEIRO LUGAR.

SISTEMA **MaXi** DE ENSINO **ÉTICO** sistema de ensino

AGORA COM TODAS AS SALAS CLIMATIZADAS

RUA PIO XII, 1039
(43) 3232-1826 / 3232-1037

clube de descontos almeida

ECONOMIA DE VERDADE!

almeida mercados

CAMBÉ • 1º MAIO • SERTÃOZINHO • IBIPORÃ • BELA VISTA
LONDRINA: AV. TIRADENTES - ARMAZÉM DA MODA